

Bacha propõe manutenção da moratória

Manutenção da suspensão integral dos pagamentos dos juros da dívida externa de médio e longo prazos com bancos comerciais estrangeiros, até que os organismos bilaterais e multilaterais (Banco Mundial, BID e FMI) normalizem o fluxo de recursos para o país e o governo brasileiro consiga um acordo de redução da dívida nos moldes do Plano Brady norte-americano. Essa proposta não-convencional foi feita ontem pelo economista Edmar Bacha, da Pontifícia Universidade Católica do Rio, ao participar de um dos painéis de debates (Reformas para o Desenvolvimento) do Fórum Nacional, no BNDES.

O principal argumento de Bacha foi a necessidade de tratamento da questão externa como parte da crise financeira do setor público, e não de forma isolada. Ele entende que é possível conseguir uma redução de US\$ 3 bilhões nos juros da dívida, com os bancos e um aumento de US\$ 4 bilhões nos empréstimos oficiais, aliviando o país da missão de conseguir saldos comerciais gigantescos. O superávit necessário, então, poderia cair dos US\$ 16 bilhões atuais para US\$ 9 bilhões, depois das medidas, que incluem o fim das maxidesvalorizações da moeda, das isenções fiscais a exportadores e dos controles quantitativos às importações.

Secretaria A proposta é de que esse enfoque fiscal nas negociações futuras da dívida externa inclua a trans-

ferência dessa tarefa do Banco Central para o Ministério da Fazenda. "Possivelmente se deveria criar nesse ministério uma Secretaria de Dívida Pública", defende o economista, que estaria dividida em duas diretorias, uma para a dívida interna e outra para a externa. Esta receberia do BC as incumbências de administrar essa conta, ao mesmo tempo em que se prepararia um sistema de contas para o setor público que exibisse de fato o impacto do débito externo sobre as necessidades internas de financiamento do governo.

No caso do tratamento direto com os bancos credores, na busca de uma redução da dívida com base no Plano Brady abrangendo todo o montante acumulado até a data do acordo, incluindo os juros atrasados, Bacha entende que o acerto deve tomar por base os preços da dívida brasileira no mercado secundário de Nova Iorque nos seis meses anteriores à posse do novo governo. "A proposta sugere um desconto de 75% para operações de recompra e de 50% para trocas por títulos com garantias externas", explicou. Em 1989 o México conseguiu um acordo com base no Plano Brady, que incluiu a redução do estoque da dívida através daquele mecanismo de recompra dos títulos no mercado secundário, com apoio financeiro de organismos multilaterais.

Seria também assinado um "acordo

de estabilização", com o FMI, mas que não mudaria a posição de não pagamento dos juros aos bancos privados até que o governo brasileiro feche o acordo de redução da dívida. "Os recursos do Fundo se destinariam a reforçar as reservas internacionais do país, e não a pagar os bancos", ressalva Bacha. Outro aspecto da proposta: ativação de empréstimos setoriais do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), oferecendo-se como contrapartida "os programas de reformas administrativa, patrimonial e fiscal contemplados nas diretrizes do governo Collor." Uma contrapartida financeira, frisou, seria um compromisso do governo de reduzir a emissão de dívida pública interna.

Descentralização O economista da PUC considera, a princípio, pouco produtiva a proposta de descentralização da negociação da dívida com base na retirada dos avais, colocada no programa econômico do PRN; mas diz que "um julgamento definitivo depende de estudos mais aprofundados". Ele repudia, por outro lado, propostas de câmbio livre e defende que continue a suspensão de operações de conversão e de *relanding* (reemprestímos de dólares depositados no BC), que ficariam para uma segunda fase do ajuste, "quando, obtida a estabilidade dos preços, se puder partir para uma retomada dos investimentos".